

Corporalidade, consumo, mercado. ST 43

Susana Maria Veleda da Silva

Adinael Gautério da Silva

FURG

Palavras-chave: Divisão Sexual do trabalho, gênero e comércio.

As Mulheres e o Mundo do Trabalho: Um Estudo Sobre as Comerciárias da Cidade do Rio Grande-RS.ⁱ

Um breve histórico da presença da mulher no mercado de trabalho brasileiro

Consideramos que a partir dos anos setenta do século XX, ocorre um crescimento muito importante da participação feminina no mercado de trabalho brasileiro. Esse fenômeno é apontado por BRUSCHINI (1994:179) como *"uma das mais marcantes transformações sociais ocorridas no país"*.

Segundo LEONE (2000) esse crescimento ocorre em um contexto de expansão da economia com acelerado processo de industrialização, acompanhado de intensa urbanização. As mulheres se introduzem no mercado de trabalho ocupando postos de trabalho flexível, precários em grande parte pertencentes ao setor terciário (comercial e serviço) formal e informal.

Mas foi durante a década de oitenta, que o país sofre mudanças importantes na sua organização política e econômica devido à implantação mais efetiva das práticas neoliberais. A crise da dívida externa, os planos de ajuste econômico e as restrições dos gastos públicos no social conduzem a maior precariedade do mercado de trabalho e ao aumento da exclusão social. O crescimento da participação feminina no mercado de trabalho se mantém a partir dessa década apesar da retração da atividade econômica e do conseqüente perda das ocupações. Na segunda metade dos oitenta a força de trabalho migrou do setor industrial para o setor terciário e, segundo BRUSCHINI (2000), os setores mais destacados na geração de postos de trabalho foram os de prestação de serviços, o comércio, as atividades sociais e a administração pública. O que significa que os postos de trabalho perdidos na indústria foram substituídos pelos postos dos setores do comércio e dos serviços. Muitos desses novos postos eram informais, com baixa produtividade e salários menores que os da indústria.

Os anos noventa são caracterizados pela abertura econômica, pelas poucas inversões de capital no setor social e pela flexibilização e terceirização da economia, estimasse que em torno de 74% da população ativa feminina estava concentrada no setor terciário. (MALAGUTTI, 2000). Nessa época, de acordo com BRUSCHINI (2000), o comércio absorve mais mulheres do que homens. E é justamente esse setor que apresenta maior flexibilização nas relações de trabalho, com um aumento das atividades informais e

precárias. A força de trabalho feminina, mesmo em franca ascensão e com maior contingente humano em relação aos homens possui pouca representação na maioria dos setores econômicos. Pois, se no setor de comércio e serviços a participação feminina tem um percentual importante 48%, nos demais setores da economia a representação é pouco maior de 25%. Além de serem mulheres 60% dos empregados que recebem as menores remunerações até meio salário mínimo por mês, e das remunerações maiores entre 5 a 10 salários mínimos 73% deste percentual são do sexo masculino.

A nova organização social do trabalho feminino sobre o modelo da divisão sexual do trabalho

Existe hoje a emergente de colocar no centro das discussões sobre as relações de gênero no trabalho, a "Divisão Sexual do Trabalho. Já que esta ilustra com propriedade as manifestações mais nítidas de desigualdade nas diversas esferas das relações sociais de trabalho entre homens e mulheres. HIRATA (2002) enriquece ativamente a discussão através da exposição das diferenças no mercado de trabalho resultantes do sexo do trabalhador. A contribuição mais provida de relevância para a evolução deste estudo foi à passagem das categorias neutras anteriormente estudadas para as categorias sexuadas, analisadas a partir do 1970. Estes estudos proporcionaram a identificação de um modelo de conciliação penoso desempenhado pela mulher para execução das atividades profissionais, familiar e doméstica. Dentro da divisão sexual do trabalho é importante salientar uma divisão interna. Tal divisão trabalha em reforçar a idéia da separação das atividades profissionais por sexo, ficando a cargo das mulheres as tarefas profissionais ligadas ao ambiente doméstico como limitador natural de seu campo de atuação. Este dado mostra o sistema de desigualdade institucionalizada nas relações sociais de trabalho. Onde a mulher enfrenta um processo de exploração hierarquizada de sua força de trabalho, seja remunerado ou especialmente no trabalho não remunerado (exploração do trabalho não pago).

Esta problemática apenas tornou se objeto de analises mais complexas, quando a situação mostrou se insustentável, tendo em vista, o grau de participação do trabalho feminino no conjunto da economia. Hoje a mão-de-obra feminina esta presente em no mínimo 47% da população economicamente ativa (IBGE-2005). Mas a mulher sofre ainda o drama do "rotulo" promovido pela especialização sexuada do trabalho reforçada por um modelo global de divisão internacional do trabalho de cunho capitalista-conservador. Onde cabe a mulher funções restritas como setores da indústria têxtil, assistência social, de ensino primário, secretária, além de outras funções do tipo.

O modelo de hierarquização social capitalista presente no núcleo familiar tradicional com o homem visto como modelo universal reflete no quadro atual, de limitando o desenvolvimento do trabalho profissional

feminino. Porque as modificações advindas do grau de evolução do sistema capitalista moderno intensificam ainda mais as desigualdades, como é o caso do novo modelo de reestruturação produtiva que não só, não foi capaz de corrigir as antigas distorções do trabalho sexuado, como tornou ainda mais precários os postos de trabalho destinados à mulher.

As construções dos papéis femininos na sociedade patriarcal e suas conseqüências no trabalho produtivo e reprodutivo

Atualmente a mulher é peça central na execução das atribuições oriundas do *trabalho produtivo* e *trabalho reprodutivo*, na medida que, tem “*papel*” intenso na sustentação da estrutura familiar através das suas atividades acumulativas profissionais e funções domésticas. O estudo da categoria de análise “*papel*” esta relacionada ao sistema de status e posições sociais, sendo de grande valia para compreensão do fenômeno da divisão injusta do trabalho, pois tal prerrogativa esta diretamente associada as “relações de *poder*” contidas nas “relações de gênero”. MAX WEBER fornece uma definição de poder pertinente a esta discussão, quando destaca o caráter de *imposição das posições sociais*:

“*O poder significa a possibilidade de impor a própria vontade em uma relação social, mesmo contra toda resistência e qualquer que seja à base desta possibilidade*”. MAX WEBER (1944:53).

A sociedade atual urbano-industrial foi construída privilegiando um sistema de “*status*”. O status ou papéis é experimentado através das relações de desigualdade entre indivíduos. Esta configuração desigual de prestígio social é oriunda das mais variadas formas de exercício do poder. Por isso, quando analisamos o tema pela ótica das relações de gênero observamos o caráter de imposição de certos papéis sociais mais desprestigiados para a mulher, isso decorre das formas de poder desiguais experimentadas por homens e mulheres. As funções femininas a pesar de serem imprescindíveis não são devidamente valorizadas, principalmente, as atividades relacionadas com trabalho reprodutivo (doméstico). Pois mesmo sendo o trabalho reprodutivo tão agente econômico quanto trabalho produtivo, porque então ele não é devidamente valorizado? A ação pratica desta sociedade reitera o papel da mulher como sendo um reflexo de sua apatia historicamente herdada. Como se ela tivesse uma ligação indissolúvel e natural com o trabalho reprodutivo. É nesta atmosfera que os mitos passam das ideologias para o campo da materialização social. A divisão sexual do trabalho é reflexo imediato desta construção de base.

O trabalho feminino reprodutivo deve assumir ampliação na sua concepção, tendo em vista, a impossibilidade de separar estas duas formas de trabalho (produtivo e reprodutivo), e mesurar a maior ou

menos contribuição pois sem um desses, seria impossível a manutenção do modelo de vida adotado ao longo da história .Pois somente juntos e combinados criam o desenvolvimento da humanidade e perpetuam a vida. A sociedade retrocede, na medida em que, desvaloriza o fundamental (o trabalho) e valorizar o desnecessário e superficial os símbolos e signos atrelados ao consumo.

A caracterização da situação das comerciárias em Rio Grande

Para melhor entendimento de como se dão às relações de gênero na atividade comercial na cidade de Rio Grande é indispensável que se conheça as particularidades sociais, econômicas e culturais destas trabalhadoras, não só para traçar um quadro comparativo, mas para averiguar a manutenção e as mudanças adotadas a partir do cenário local, interpretando este como um reflexo das escalas mais elevadas de análise em busca do maior número possível de elemento que possam guiar esta análise rumo a totalidade geográfica.(SANTOS, 2000).

Nesta cidade a atividade comercial feminina constitui a maioria da mão-de-obra empregada com 64% de representação. As trabalhadoras no comércio são jovens adultas com média geral de 29 anos de idade. Sua carga horária diária é de 9 horas em média, com dupla jornada de trabalho constatada quase que na totalidade dos casos. Predominam nestes estabelecimentos comerciais mulheres com baixa qualificação profissional que desempenham serviços variados com remuneração aproximadamente em torno de R\$ 360,00. Os salários são inferiores aos dos homens nas mesmas atividades de vendas, quando se trata de lojas de setores comerciais diferentes ou lojas diferentes no mesmo setor comercial. Cabendo as mulheres, os setores de menor remuneração vestuário e calçados e atividades vinculadas aos serviços do lar. Entre as comerciárias 51% são casadas, apresentando índice médio de filhos baixo de 0,8%, com predominância da renda familiar entre 0 a 3 salários mínimos em 54% dos casos, 11% tem outra ocupação remunerada. Os empregadores 62% dão preferência às funcionárias residentes nos bairros mais centrais.

Em 88% dos casos elas não desempenham nenhum tipo atividade escolar regular, o nível de escolaridade das trabalhadoras na sua maioria foi o ensino médio completo em cerca de 64% sendo que 34% concluem através de supletivos. Com formação superior foram encontradas apenas de 7%. Entre as comerciárias 93% nunca fez cursos de qualificação profissional na sua área de atuação.

A maioria trabalha sobre o regime de dois turnos manhã e tarde 85%, chegando a trabalhar 6 dias por semana de segunda-feira a sábado 86% delas, com intervalo para almoço variável de acordo com as normas de cada estabelecimento comercial. Este horário fica na média em torno de uma hora. Ainda

testemunhou-se que 5% trabalham em regime de 12 horas diárias, mas não recebem horas extras proporcionais ao seu trabalho.

Há ocorrência de contrato formal de trabalho é de 89% dos casos pesquisados, mas 90% delas não sabem detalhes deste contrato seus direitos e deveres previstos nas leis trabalhistas. O direito a férias remuneradas anualmente é assegurado em quase 100% dos casos, as 32% que alegaram não ter tido férias remuneradas são aquelas com menos de um ano de atividade no estabelecimento comercial.

Apesar do contrato de trabalho especificar as funções e atribuições que o cargo de comerciária contempla, estas trabalhadoras são levadas a multifuncionalidade no ambiente de trabalho cerca de 60% experimentaram ou experimentam hoje o acúmulo de funções extracontratuais.

Conclusão

Portanto, apesar do aumento da quantidade de mulheres inseridas no mercado de trabalho nas últimas décadas, isto não significou um avanço completo, uma vez que, as funções profissionais femininas se concentraram em ramos pouco diversificados das atividades profissionais. E o trabalho reprodutivo continua executado quase que exclusivamente por mulheres e ainda não alcançou a valorização devida pela sua essencial importância. Configurando a manutenção de um modelo essencialmente desigual de divisão sexual do trabalho. Esta problemática reflete efetivamente as condições de trabalho experimentadas pelas comerciárias do município de Rio Grande. Através da pesquisa que analisou seu perfil socioeconômico foi possível identificar o regime de baixa remuneração, falta de oportunidades de crescimento profissional e de qualificação. Além disso, também são sujeitas a longas jornadas de trabalho executando várias funções além das suas atribuições legais. Esta prerrogativa gera uma tendência de frustração coletiva, posteriormente acompanhada de “resignação” sentimento de conformidade com a sua condição, na atividade profissional. Mas elas têm consciência em sua maioria, que sua atividade profissional atua hoje menos como meio e mais como obstáculo à realização de seus objetivos de ascensão econômica e social e equilíbrio familiar.

Referências:

BRUSCHINI,C.(2000). *Gênero e trabalho no Brasil: novas conquistas ou persistência da discriminação?* Brasil/1985-95. In: *Trabalho e Gênero – Mudanças, Permanências e Desafios*, ROCHA, M.I. B. (Org.) São Paulo, Ed. 34, pp.13-58.

HIRATA, H.(2002).*Reestruturação Produtiva, Cidadania e gênero*: in COSTA, A.A., VILA, M.B., LIMA,M.E.B. de, SOARES, V., MELLEIRO, W. P. (orgs.) Um debate crítico a partir do feminismo: reestruturação produtiva, reprodução e gênero. São Paulo.

IBGE (2001-2005). *Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística*. In: Pagina WEB: <http://www.ibge.gov.br>

LEONE, E. (2000). Renda familiar e trabalho da mulher na Região Metropolitana de São Paulo nos anos 80 e 90. In: *Trabalho e Gênero – Mudanças, Permanências e Desafios*, ROCHA, M.I. B. (Org.) São Paulo, Ed. 34, pp.85-110.

MALAGUTTI, M. (2000). *Crítica à razão informal: a imaterialidade do salariado*. São Paulo: Boitempo/ Vitória: EDUFES.

SANTOS, M. (2000). *Por uma outra globalização. Do pensamento único à consciência universal*. Rio de Janeiro/São Paulo: Record.

SCOTT, J. (1990). Gênero: uma categoria útil de análise histórica. In: *Educação e Realidade*. Vol. 18, Nº 2, Porto Alegre, jul/dez.

WEBER,M.(1944).*Economia y sociedade: esbozo de sociologia compreesiva*. Tradução de José Medina Echavarría.México:Fondo de Cultura Econômica, p53.

¹Este artigo é resultado do trabalho de pesquisa intitulado “*Transformações comerciais e a cidade: a configuração da nova organização sócio-espacial do comércio na cidade do Rio Grande*”, realizado de 2004 a 2006, vinculado ao grupo de pesquisa NAU (Núcleo de Análises Urbanas), com apoio institucional da Fundação Universidade federal de Rio Grande através da bolsa PROBIC-FURG.